ORÇAMENTO DO ESTADO 2017

INTERVIR SEM DESPERDIÇAR NENHUMA OPORTUNIDADE

REPOR E CONQUISTAR DIREITOS

Foi a luta dos trabalhadores e das populações, foi a acção e a intervenção decisiva do PCP, que permitiu, há um ano atrás, afastar do Governo o PSD e o CDS e abrir caminho à interrupção da marcha forçada da exploração e empobrecimento que estes pretendiam continuar.

Mas a realidade está a mostrar com mais nitidez que o rumo de desenvolvimento económico e progresso social de que o País precisa exige que se rompa com as imposições e a chantagem da União Europeia e a submissão aos grupos monopolistas, exige que o PCP tenha mais força e pese mais na vida política nacional para dar expressão a uma política alternativa, patriótica e de esquerda.

Um orçamento limitado e insuficiente face às necessidades do país

A proposta de **Orçamento que o governo PS apresentou consolida medidas que foram tomadas ao longo do ano** como, a **reposição das 35 horas de horário de trabalho** e a **eliminação dos cortes salariais na administração pública**, a **reposição dos feriados**, o **fim das privatizações de empresas** designadamente de transportes, a **reposição do IVA a 13% na restauração**, a **valorização de prestações sociais**, a **reposição dos complementos de reforma no SEE**, o **aumento do salário mínimo nacional**, embora aquém dos 600 euros propostos pelo PCP.

Mas refém da submissão à União Europeia e ao Euro e sem a determinação para enfrentar os grupos monopolistas, a proposta do **Orçamento fica aquém das necessidades e possibilidades do País**. Assim é no **congelamento dos salários e carreiras na administração pública**;
nos **níveis insustentáveis de investimento público**;
no **reforço das verbas destinadas às prestações sociais, serviços públicos e funções sociais do Estado**;
na **manutenção da sobretaxa do IRS ao longo de 2017**;
nos **tímidos avanços em matéria de justiça fiscal.**

Com a proposta e a intervenção do PCP
Alguns passos na devolução de direitos e rendimentos

A proposta de Orçamento, para além de não retomar opções que marcaram o país nos anos negros do Governo PSD/CDS, consolida medidas adoptadas ao longo de 2016 e continua, embora aquém do que achamos ser possível, um percurso de reposição e conquista de novos direitos que contou com a iniciativa ou a contribuição do PCP:

- **o alargamento da gratuitidade dos manuais escolares** a cerca de 370 mil crianças **do 1º ciclo do ensino básico**; o **reforço da Acção Social Escolar**;
- o **descongelamento do Indexante dos Apoios Sociais** que se traduzirá no **aumento de várias prestações sociais**; o **apoio aos desempregados de longa duração**.
- a **reposição da contratação colectiva** em matéria de subsídio de refeição, trabalho suplementar e trabalho nocturno nas empresas do sector público empresarial.
- o **descongelamento do subsídio de refeição e o aumento** do seu valor diário **na administração pública**.
- a **reposição do direito ao pagamento de metade do subsídio de Natal** na altura devida (mantendo-se metade por duodécimos), com a **reposição do pagamento único em 2018.**
- o **aumento das pensões e reformas** - na sequência de uma intervenção contínua e empenhada do PCP - estabelecendo **um aumento das pensões para 98% dos pensionistas**, 2 milhões e seiscentos mil vêem as suas pensões actualizadas nos termos da lei, dos quais, **cerca de 1 milhão e 500 mil terão um aumento de 10 euros**.

Política patriótica e de esquerda

Mais força ao PCP

Discussão na especialidade: limitar aspectos negativos e avançar com novas propostas

Para o PCP, a proposta de Orçamento não é um documento acabado. **O voto favorável do PCP na generalidade abre a possibilidade de limitar aspectos negativos e inscrever novos avanços.** É isso que faremos, batendo-nos para que se vá mais longe:

- **na eliminação das restrições de direitos e remunerações dos trabalhadores da administração pública** e na **reposição integral da contratação colectiva no sector empresarial público;**
- **nos direitos e remunerações dos trabalhadores**, no **combate à precariedade** e **aos falsos recibos verdes;**
- **na melhoria das pensões propondo o aumento de 10€ para todas as pensões**, incluindo para as mais baixas;
- **no aumento da justiça fiscal** alargando os escalões do IRS e **tributando a especulação financeira**, **no reforço das prestações sociais**, designadamente **do abono de família**;
- **no apoio às MPME's inciando um caminho de eliminação do Pagamento Especial por Conta**, pela **redução da factura energética para as famílias e os sectores produtivos**, designadamente na agricultura e nas pescas.

Perante comprovadas limitações e insuficiências

É preciso ir mais longe

Os avanços alcançados não iludem as limitações deste Orçamento do Estado. A situação do País, as condições de vida dos trabalhadores e do povo, a dimensão dos problemas económicos e sociais, a exploração e empobrecimento acumulados **exigem que se rompa com os elementos estruturantes da política de direita. Exigem que se vá mais longe!**

Sem desvalorizar os avanços verificados, o que se impõe, para dar resposta sólida e plena aos problemas nacionais, é continuar a intervir e a lutar para dar cada vez mais força a uma verdadeira política alternativa, a política patriótica e de esquerda que o PCP propõe ao povo português.

De facto, **é na política patriótica e de esquerda que se encontrará resposta a problemas estruturais da vida do País que, com o actual governo PS, continua adiada.**

- a **libertação da submissão ao Euro, articulada com a renegociação da dívida e a recuperação do controlo público da banca e de outros sectores estratégicos**;
- a **valorização dos salários e direitos dos trabalhadores; a defesa da produção nacional**; a **justa tributação fiscal**;
- a **valorização e melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado**;
- a **defesa da soberania e dos interesses nacionais perante as imposições do grande capital e da UE.**

Nesse percurso, o PCP afirma-se como uma força indispensável e insubstituível para esse processo de ruptura com a política de direita e mudança na vida nacional, para as transformações sociais e económicas condizentes com a Constituição da República.

Ficha para contacto **Adere ao PCP**

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados, que nos permitam contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 Lisboa

www.pcp.pt
pcp@pcp.pt

Emprego - Direitos
Produção - Soberania

Política patriótica e de esquerda
Mais força ao PCP

www.pcp.pt

DEP/PCP- Novembro 2016